

Determino o seguinte:

1 — Nos termos do n.º 5 do artigo 106.º e do n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, subdelego no Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil a competência para a outorga do contrato e de eventuais adendas, no âmbito de todos os procedimentos decorrentes da Resolução de Conselho de Ministros n.º 17/2016, de 22 de março.

2 — O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

18 de maio de 2016. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa*.

209600503

Autoridade Nacional de Proteção Civil

Despacho n.º 6998/2016

Período experimental

Nos termos do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e após despacho de homologação, datado de 12 de maio de 2016, torna-se público que o trabalhador Nelson Carlos de Sousa Marques, concluiu com sucesso, com a nota final de 17 valores, o período experimental na carreira e categoria de assistente operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na sequência do aviso n.º 10210/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 175, de 8 de setembro de 2015, sendo o tempo de duração do período experimental contado para efeitos na carreira e categoria em causa, de acordo com o artigo 48.º da LTFP.

12 de maio de 2016. — O Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, *Francisco Grave Pereira*, Major-General (R).

209600358

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 6999/2016

Lista n.º 27/16

Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 29 de abril de 2016, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de julho, aos cidadãos brasileiros:

Nome	
Stanley de Carvalho de Schepper	03-09-1996
Adriano Dantas Monteiro da Silva	31-01-1978
Kamila Thais Araujo Batista	12-03-1988
Liliane da Silva Barros	04-06-1978
Izabella Paranaguá Biancardi	16-08-1997
Claudisandro Geraldo Viana Brau	10-12-1982
Bruna Aparecida Silva	23-10-1993
Jose Cesar Pelegrin	30-10-1969
Caroline Costa Bernardo	23-02-1990
Klenio Jonessy de Medeiros Barros	25-06-1986

10-05-2016. — O Diretor Nacional Adjunto, *António Carlos Patrício*, 209593085

JUSTIÇA

Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça

Despacho n.º 7000/2016

Considerada a remessa ao Conselho Superior da Magistratura, nos termos do disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, da lista de candidaturas a juizes sociais para as causas da 2.ª secção de família e menores de Portimão, do Tribunal Judicial da

Comarca de Faro, aprovada pela Assembleia Municipal de Portimão, em reunião de 24 de agosto de 2015, são nomeados, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º, do artigo 22.º — *ex vi* do artigo 38.º — e do artigo 37.º do referido decreto-lei, os juizes sociais para as causas previstas no n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro (Lei Tutelar Educativa), e no artigo 115.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), segundo a enumeração constante da lista anexa.

17 de maio de 2016. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

Lista dos cidadãos nomeados juizes sociais para as causas da 2.ª secção de família e menores de Portimão, do Tribunal Judicial da Comarca de Faro, prevista no n.º 2 do artigo 30.º da Lei Tutelar Educativa e no artigo 115.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Efetivos:

Nuno Miguel de Melo Jorge e Morais Jorge
 Maria do Carmo Viegas de Souza
 Luís Filipe Norte dos Santos
 Joaquim de Assunção Mealha da Silva
 Amélia Maria Brito Garcias
 António Carlos de Palma Estanislau
 Ana Isabel Marreiros Relvinhas
 Filipa Alexandra Severino Florêncio
 Célia Maria Ferreira Correia Alfarroba da Silva
 Rita Isabel Bila Cristo
 Emilia Maria Canarias Lambelho do Carmo Mariano
 Sónia Marisa Marques dos Santos Fazenda
 Patrícia Alexandra Gonçalves Aurélio
 Hélder Renato Vieira Rodrigues
 Ester Maria Coutinho Albuquerque e Castro Coelho

Suplentes:

António José Malta de Carvalho Leite
 Maria Ausenda Conceição Góis Fernandes
 Ivo João Guerreiro Tavares
 Tony da Cruz Melo
 Joaquim Manuel das Dores Guerreiro
 Hugo Miguel do Carmo Mariano
 Diogo Alexandre de Oliveira Fazenda
 Maria Luísa Vieira Penisga Gonzalez
 Cátia Vanessa Marques Correia
 Mário José Ferreira Cintra
 Silvina Marília Penteado Marques
 Joaquina Maria Rosa Lourenço
 Susana Margarida Godinho da Silva
 Ângela Margarida Correia Vieira Gomes
 Cecília Soares Valente da Costa

209596414

Despacho n.º 7001/2016

Considerada a remessa ao Conselho Superior da Magistratura, nos termos do disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, da lista de candidaturas a juizes sociais para as causas da 1.ª secção de família e menores de Aveiro, do Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro, aprovada pela Assembleia Municipal de Aveiro, em reunião de 7 de maio de 2015, são nomeados, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º, do artigo 22.º — *ex vi* do artigo 38.º — e do artigo 37.º do referido decreto-lei, os juizes sociais para as causas previstas no n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro (Lei Tutelar Educativa), e no artigo 115.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), segundo a enumeração constante da lista anexa.

17 de maio de 2016. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, *Helena Maria Mesquita Ribeiro*.

Lista dos cidadãos nomeados juizes sociais para as causas da 1.ª secção de família e menores de Aveiro, do Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro, prevista no n.º 2 do artigo 30.º da Lei Tutelar Educativa e no artigo 115.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Efetivos:

Sónia Cláudia da Cruz Pião
 Maria Gertrudes Rodrigues Laima

Marília Fernanda Correia Martins
Margarida Atalanta Lopes Silva Albuquerque
Sebastião José Albuquerque Granjo
João Carrudo Ildefonso
Maria Ventura Marceneiro
Jaime Sérgio Marques Moreira Carvalho
Catarina Alexandra Simões da Silva
Fátima Cristina Fontes Costa
Maria de Fátima Pires Nogueira Oliveira
Ana Carolina dos Santos Ferreira da Costa
Carlos Miguel da Silva Gomes
Ana Catarina Maranhã Teixeira
Maria do Rosário Marques Martinho de Oliveira

Suplentes:

Luis Manuel Carmona Mota
Maria Manuela Silva Inácio
Lídia Patrícia Cardoso Pereira
Catarina Alexandra Pinto da Silva
Filomena Maria Jesus Quina Rodrigues
Maria da Graça Santos Bandola Cardoso
Amélia Maria Cardoso Vidigal Costa Damas Moreira
Américo Serafim da Costa Nogueira
Maria Madalena Morais de Abreu Tavares
Maria Teresa Lopes Ramos dos Santos
Maria do Rosário Espadinha Ruivo
João Miguel Neto Ferreira Rodrigues dos Santos
Marina Alexandra Santos Carvalhosa
Catarina Rodrigues Rocha dos Santos Tojal
Celeste do Nascimento Alves Saldanha

209596325

Despacho n.º 7002/2016

Considerada a remessa ao Conselho Superior da Magistratura, nos termos do disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, da lista de candidaturas a juízes sociais para as causas da 4.ª secção de família e menores do Seixal, do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, aprovada pela Assembleia Municipal do Seixal, em reunião de 13 de agosto de 2015, são nomeados, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º, do artigo 22.º — *ex vi* do artigo 38.º — e do artigo 37.º do referido decreto-lei, os juízes sociais para as causas previstas no n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro (Lei Tutelar Educativa), e no artigo 115.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), segundo a enumeração constante da lista anexa.

17 de maio de 2016. — A Secretária de Estado Adjunta e da Justiça,
Helena Maria Mesquita Ribeiro.

Lista dos cidadãos nomeados juízes sociais para as causas da 4.ª secção de família e menores do Seixal, do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, prevista no n.º 2 do artigo 30.º da Lei Tutelar Educativa e no artigo 115.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

Efetivos:

Rui Romão de Melo Araújo
Dulce Maria dos Santos Cruz Teixeira
Fernando Jorge Matos Marques
José Manuel Botelho Patrício

Nome	Carreira/Categoria	PR	NR	Efeitos
João Filipe Domingues Lopes	Técnico Superior	2.ª	15	01.04.2016
José Rui Afonso Vera-Cruz	Técnico Superior	2.ª	15	01.03.2016
Maria do Céu Vieira Mendão Sousa Coelho	Técnico Superior	2.ª	15	01.02.2016
Teresa Maria Tojeira Silva Ferreira	Técnico Superior	2.ª/3.ª	15/19	01.03.2016

4 de maio de 2016. — O Subdiretor-Geral, *João Carvalho.*

209596569

Aviso (extrato) n.º 6640/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por despachos

José Manuel Cardoso Carvalho
Domingas Maria Gonçalves
Pedro Emanuel Silvestre Pinto Guedes
Susana Isabel Ferreira Domingos
Maria Teresa Pires Nunes
Simão Augusto Cadete
Bruno Alexandre Lindinho Coutinho
Hugo de Oliveira Santos
Nuno Alexandre Silva Carvalho
José Manuel Lopes Casquilho
Rute Alexandra da Silva Pina

Suplentes:

Maria Amália Adónis Martins Pratas
Natanael José Prata Marcelino
Isabel Maria Santos Silva Martins de Paiva
Paulo Jorge Carvalho de Oliveira
Sandra Cristina Taveira Marchão da Silva
Soraia Isabel da Cunha Foles
Gustavo Silva Évora
Ana Paula Jorge Galvão M. F. Andrade Montês
Agostinho Manuel Matos de Almeida
Susana Ermelinda Ferreira Santos
Maria de Fátima A. S. de Oliveira Guerreiro
Sílvia Martins Batista Mota
Joaquim Manuel Fernandes Teodoro
Leonor Catarina dos Santos de Oliveira
Joaquim José Ventura Araújo
Hélder de Jesus Rosa

209596511

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais**Aviso (extrato) n.º 6638/2016**

Nos termos do disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meus despachos, concluíram o período experimental com sucesso, os trabalhadores a seguir indicados:

Nome	Carreira/Categoria	Classificação final	Data do despacho
Ana Luísa Remelgado Rodrigues.	Assistente Técnico	17	15.04.2016
João Paulo Almeida Marques.	Assistente Técnico	17,50	28.04.2016
Maria do Céu Vieira Mendão Sousa Coelho.	Assistente Técnico	17	28.04.2016

4 de maio de 2016. — O Subdiretor-Geral, *João Carvalho.*

209596099

Aviso (extrato) n.º 6639/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, após conclusão de procedimento concursal comum, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com os seguintes trabalhadores:

do Diretor-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais de 1 de dezembro de 2015 e de 4 de dezembro de 2015, se procedeu, nos termos do n.º 3 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas